



PEREIRA DA SILVA, PROCURADOR: "DADOS APAGADOS PARA EVITAR RASTROS"

Informações apagadas

FERNANDA ODILLA

DA EQUIPE DO CORREIO

No final da gestão de Maria de Lourdes Abadia (PSDB), a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) apagou informações dos computadores do Governo do Distrito Federal. A constatação foi feita pelo Tribunal de Contas do DF e confirmada ontem, em diligência autorizada pela Justiça do Trabalho e realizada por oficiais de Justiça, procuradores do Ministério Público do Trabalho e promotores do Ministério Público do DF, escoltados pela Polícia Federal. Assim que a equipe entrou no prédio da companhia, que fica atrás do Palácio do Buriti, dezenas de funcionários saíram pelos fundos.

"Constatamos que dados foram apagados para não deixar rastros", revelou o procurador Valdir Pereira da Silva, que agora tenta descobrir o que a Codeplan tenta esconder. Ele alerta ainda para o fato de atualmente apenas três funcionários serem responsáveis por todo o monitoramento do sistema de informática do GDF. "A própria

Codeplan admite que a situação é precária. Eu a classifico como um problema de segurança nacional", disse o procurador, que pediu intervenção judicial na Codeplan, mas teve o pedido negado pela juíza substituta Solyamar Dayse Neiva Soares. Ela determinou apenas uma vistoria de oficiais de Justiça na companhia.

Decisão judicial

Depois de um dia inspecionando a Codeplan, os oficiais constataram ainda que a companhia continua descumprindo decisão judicial que, em dezembro de 2005, proibiu novas contratações. No ano passado, o Ministério Público do Trabalho tentou prender três dirigentes da Codeplan por terceirização irregular. Eles são acusados de terem cometido o crime de desobediência ao descumprir a decisão da Justiça do Trabalho, que proibiu novas contratações. A Codeplan assinou quatro contratos no valor de R\$ 158,4 milhões, somente no mês de julho de 2006. Outros acordos continuaram sendo assinados até o final do ano.